



## ATA Nº 5/2015

Aos 25 dias de abril do ano 2015, reuniu em sessão extraordinária a Assembleia Municipal, na sua sala de reuniões, pelas 11.00 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

### **Ponto Único: Comemoração do 25 de abril**

A Sessão foi presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Guy Alberto Correia da Costa Viseu e secretariada por José Manuel Carmo da Silva e Maria Alexandra Flor Bastos.

O Presidente da Assembleia deu início à sessão evocativa do Vinte e Cinco de Abril, dando a palavra aos representantes dos diversos grupos políticos com assento neste órgão municipal.

**Manuela Vilares (BE):** “Da noite se fez dia; da madrugada alvorada; da ditadura democracia; da guerra fez-se paz. Foi essa a ação transformadora do 25 de Abril de 1974, uma ação que não devemos apenas comemorar, mas sim continuar porque hoje temos que fazer novas transformações; outras transformações: temos que derrotar a austeridade para do seu túmulo fazer nascer direitos; temos que derrubar aqueles que nos exigem empobrecimento, para que da sua derrota surja o crescimento. Há 41 anos atrás, quando as pessoas deste país se deitaram na noite de 24 de Abril, adormeceram num país onde poucos iam à escola e muito poucos sabiam ler ou escrever; adormeceram num país onde se começava a trabalhar ainda em criança e onde não havia salário mínimo, onde muito do trabalho era à jorna e não havia proteção no desemprego. Na noite de 24 de Abril, a PIDE ainda andava à espreita e não se tinha liberdade de opinião. Na noite de 24 de Abril ainda se ia preso por se reivindicar liberdade de opinião e ainda se morria em guerra no Ultramar. A noite de 24 de Abril foi uma noite terrível e negra como todas as noites do fascismo. Mas, algo clareou e o dia nasceu completamente diferente. Primeiro foram os soldados e os capitães, depois as pessoas que se juntaram nas ruas, aos milhares, gritando LIBERDADE. Derrubou-se a ditadura, expulsaram-se os oligarcas, conquistou-se a liberdade e a democracia; e com elas viriam os direitos: do trabalho à saúde, do direito à educação ao direito às eleições livres. A longa noite escura do fascismo acabara. Um novo mundo começava. Hoje, festejamos o fim dessa noite sabendo que há tantas outras que ensombram o nosso presente e o nosso futuro; e essas também precisam de ser derrubadas. É preciso fazer nascer novos dias na nossa vida. O escritor Eduardo Galeano dizia: “Há outro mundo na barriga deste, esperando. Que é um mundo diferente. Diferente e de parto difícil. Não nasce facilmente. Mas com certeza pulsa no mundo em que estamos.” Bem precisamos de fazer nascer esse novo mundo, outra vez. Os programas de austeridade praticados inicialmente pelo PS e continuados depois pelo PSD e CDS empobreceram os trabalhadores. Hoje recebe-se menos salário por mais horas de trabalho, a precariedade é a norma e os jovens ou emigraram ou sujeitaram-se a estágios sucessivos. Os programas de austeridade nunca foram sufragados nem aceites pelo povo português, no entanto, não deixaram de ser aplicados. Funcionários de instituições nunca eleitas por ninguém entraram pelo país e conjuntamente com o governo PSD/CDS impuseram medidas antissociais que

destruíram, pedra por pedra, as conquistas do 25 de Abril, afrontando por diversas vezes a Constituição. Segundo os dados do Eurostat, Portugal é o 4º pior país no abandono escolar. Isto traduz, de forma clara, o resultado das políticas implantadas pelo Ministério da Educação nos últimos anos. Nas escolas faltam auxiliares de educação, professores, dinheiro para colocar equipamentos a funcionar, cortaram-se apoios a crianças com necessidades educativas especiais, aumentou-se o número de alunos por turma e encerraram-se inúmeras escolas primárias. Na Saúde, o cenário é de rutura permanente dos hospitais e de falta de profissionais. Imagens de doentes amontoados em corredores chocaram o país, mas não chocaram o secretário de Estado, que disse que naquelas imagens apenas via pessoas bem instaladas. O Relatório da Crise da Cáritas Europa 2015 diz que Portugal foi o país da União Europeia onde mais aumentou o risco de pobreza e de exclusão social em 2014. Entretanto, existem 10.000 novos milionários por ano em Portugal. A riqueza está cada vez mais concentrada nas mãos de uns poucos e o dinheiro que sobra a alguns falta a muitas famílias. Cresceu o conservadorismo e o autoritarismo na sociedade. A vergonhosa prova de amamentação praticada no Hospital de Santo António é prova disso. Sujeitar mulheres a situações degradantes para poder ter acesso a um direito laboral é um ultraje à memória do 25 de Abril que, entre outras coisas, permitiu a emancipação da mulher. Em 2014, 40 mulheres morreram vítimas de violência doméstica e registaram-se mais 50 tentativas de homicídio. As mulheres viram fortemente agravadas as suas condições de vida. Sendo as maiores vítimas do desemprego, da precarização laboral, dos baixos salários e da violência. A banca manda e desmanda neste país e as velhas famílias da ditadura instalaram-se novamente em Portugal. Em 6 anos, os contribuintes foram chamados a socorrer 6 bancos e pagaram com a austeridade sobre as suas vidas. O banco do PSD, de seu nome BPN, deixou um buraco de milhares de milhões de euros para ser pago pelos portugueses; o BES, banco que controlou inúmeros ministros ligados ao PS e PSD, estoirou no verão passado e poderá custar 4 mil milhões de euros de forma direta ao Estado. Neste país, afundaram-se as finanças públicas para socorrer os bancos e os interesses do regime; sacrificaram-se vidas de trabalhadores porque alguém tinha que pagar essa fatura. O clima de podridão e de desconfiança atinge patamares inaceitáveis. Políticos detidos e denúncias de corrupção, alegadamente praticada por altos dirigentes partidários, são hoje o prato do dia. Os partidos do arco do poder nada fazem para tentar pelo menos credibilizar a democracia. Só se cumpre Abril com um combate destemido e eficaz à corrupção e ao compadrio. O acordo para o visto prévio à cobertura de campanhas eleitorais, negociado entre PSD, CDS-PP e PS, envergonha Abril. Até o jornal espanhol El País, considera que os três maiores partidos de Portugal estão de acordo no que respeita a censurar os meios de comunicação social. "Portugal celebra os 40 anos de liberdade de expressão, mas parece que não cumprirá os 41 anos", escreveu o El País, há 2 dias atrás, a propósito do projeto que obriga a "visto prévio" da cobertura das eleições. Censura nunca mais. Queremos liberdade de imprensa. É mesmo preciso um novo mundo e tanto melhor que esteja já um a nascer na barriga deste. Tanto melhor que este esteja já a morrer e que outro possa nascer das suas cinzas, como na



madrugada de 24 para 25 de Abril. Hoje também se comemoram os 40 anos sobre a eleição da Assembleia Constituinte. Foi a primeira eleição livre depois de décadas de ditadura e que mandatou o Parlamento para a construção de uma nova Constituição. Nela está o espírito da nossa Revolução, daquela que acabou com a longa noite do fascismo, daquela que foi feita em nome do povo e para o povo. Hoje, nos 41 anos do 25 de Abril e nos 40 anos da Assembleia Constituinte, não esquecemos nenhuma conquista de Abril, nem esquecemos nenhuma parte da Constituição, nem mesmo o preâmbulo que aponta o socialismo como objetivo para este país, porque é dessas conquistas que é preciso que se faça um mundo novo. Que morra a austeridade e a exploração. Que nasça um novo mundo de direitos e conquistas!”

**Jorge Carvalho (CDU):** Comemora-se hoje o 41º aniversário da Revolução do 25 de Abril e o 40º aniversário da entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa. A realidade actual é muito diferente dos sonhos prometidos e hoje a reflexão que fazemos é «como foi possível estragar esse sonho tão lindo» nascido com o 25 de Abril? Como foi possível vender o nosso Portugal, a retalho, a interesses económicos estrangeiros? Como foi possível abandonar o orgulho e o patriotismo para nos deixarmos submeter docilmente às ordens da Alemanha, do FMI e da Nato? Como foi possível abandonar as pessoas fechando hospitais, escolas, tribunais e muitos outros serviços públicos? Como foi possível empobrecer tanto um povo, obrigando-o de novo a seguir o caminho do exílio e da emigração? Como foi possível criar um monstro fiscal com incomportáveis impostos, taxas e tarifas em que um português normal tem de trabalhar mais de 6 meses para entregar ao Estado o que lhe é exigido? Como foi possível desprezar e desumanizar tanto o trabalhador em Portugal, transformando-o num objeto desvalorizado, a ser descartado o mais cedo possível? Como foi possível acabar com os direitos humanos das pessoas que trabalham, considerando-os como novos escravos, sem direitos e com salários miseráveis e, como se estivessem num mercado de escravos ou numa feira de gado, oferecendo ao estrangeiro esta mão-de-obra, semiescrava e barata, submissa e não reivindicativa — embrulhando tal oferta sob o falso título de “competitividade”? Como foi possível transformar a saúde, a educação, a justiça em bens de luxo, em que cada vez menos pessoas têm acesso? Este é o estado a que chegamos em 2015 e os seus responsáveis políticos têm um nome PSD, CDS e PS pois foram as únicas forças políticas que nos governaram nos últimos 38 anos. Mas, deixo aqui à vossa reflexão a seguinte questão: isso era inevitável? Será, como dizem alguns, que a culpa é do Povo que decidiu viver acima das suas possibilidades? A minha resposta é clara e unívoca — tudo seria diferente se tivessem dado mais atenção aos alertas e às propostas do PCP! Desde a primeira hora que o PCP previu estes desastres sociais e alertou para as consequências das más decisões que estavam a ser tomadas, propondo outras soluções e outros caminhos — só na Assembleia da República apresentou milhares de propostas que foram desvalorizadas e recusadas. Apesar de o PCP ser o partido mais antigo e o mais experiente em Portugal e ser o único partido que assenta a sua política numa base científica que é o materialismo dialéctico marxista, a comunicação social (jornais, rádios e televisões) omite,

esconde e deturpa o pensamento e as propostas dos comunistas. Reparem que nos vários programas semanais de opinião política relevante, não dão voz aos comunistas do PCP. Nos vários programas individuais não há PCP (muitos PSD, alguns PS e um BE). Nos debates semanais coletivos dos vários canais (quadratura do círculo, eixo do mal, governo sombra, prova dos nove) não existe um comentador do PCP. Só nos pequenos debates nos finais dos telejornais, lá vão sendo convidados membros do PCP (mas sempre em número inferior aos dos outros partidos com assento parlamentar). Muitos referem-se a Marx como um barbudo agitador de massas do século XIX ultrapassado e sem qualquer interesse ou relevância para a atualidade. Pura ignorância, não sabem que Marx foi um cientista culto que conseguiu sintetizar e compreender o que melhor havia, ao tempo, na Alemanha (os filósofos Hegel e Feuerbach), na Inglaterra (os economistas Adam Smith e David Ricardo e o reformista social Owen) e na França (os sociólogos reformadores da sociedade Diderot, Saint-Simon e Fourier). Num tempo em que o mundo descobriu que tinha um cérebro (na feliz expressão de Hegel) em que as descobertas científicas surgiam em avalanche, Marx descobriu a chave científica para interpretar a natureza e a história: o materialismo dialético. Descoberta que ainda hoje mantém a sua validade científica, que é estudada e seguida nas mais importantes universidades mundiais e o único método que explica e justifica coerentemente a evolução do mundo e tem permitido numerosas descobertas científicas. O método marxista do materialismo dialético permite, ainda hoje, o seu uso como alavanca para apressar e corrigir as etapas da evolução da natureza e da humanidade — esse é o grande trunfo do movimento comunista marxista: poder compreender e ajudar a evolução da sociedade apoiando-se na ciência. Marxismo é uma mais-valia, não é um retrocesso. É a modernidade que revogou o pensamento metafísico e teológico para trazer a ciência, o experimentalismo e a razão. E o que querem os comunistas? Querem o socialismo, isto é, uma sociedade justa assente em velhos princípios fundamentais: liberdade, igualdade e fraternidade. Marx e Engels, membros do partido social-democrata, sentiram a necessidade de recuperar uma palavra “comunismo” para apresentar um socialismo diferente do que era defendido então emotivamente pelos sociais-democratas e socialistas utópicos — assim comunismo é sinónimo de socialismo novo e científico. Em palavras simples podemos dizer que os comunistas querem implementar o céu na terra. Ao contrário de alguns economistas que defendem que os trabalhadores e os pobres devem ser sacrificados perante os interesses dos poderosos e devem ser utilizados para enriquecer os poderosos pois só serão recompensados, depois de mortos, no céu, os comunistas entendem que é na terra que se tem de fazer a justiça, controlar a riqueza em benefício de todos, no respeito pleno da liberdade, igualdade e fraternidade. O comunismo assenta no princípio de que o homem não pode ser um lobo para os outros seres humanos, isto é, todos os homens são iguais e devem ser tratados como iguais. É mau defender isto? Então porque têm medo do comunismo? Entendemos que cada um de nós tem a mesma dignidade e merece o mesmo respeito. Para isso, cada pessoa necessita de ter um papel activo numa sociedade solidária e comum, necessita de um emprego onde ganhe o suficiente para subsistir com dignidade — por isso defendemos o pleno emprego e a



necessidade de o Estado garantir um emprego com direitos. Assim, ao contrário do que é falsamente repetido, o comunismo não é contra os lavradores, contra os comerciantes ou contra os pequenos e os médios empresários. O comunismo respeita e reconhece todos os que trabalham honestamente, seja por conta de outrem, seja por conta própria. O comerciante, o empresário, o profissional liberal ou o lavrador, esmagados pela burocracia, pelos bancos, pelos impostos e explorados pelos grandes interesses económicos e financeiros só terão vantagem em juntarem-se aos comunistas. Não tenham dúvidas, o PCP é, neste momento, a força política que melhor defende os pequenos e médios empresários. Defendemos uma repartição mais justa entre trabalho e capital, somos contra os vencimentos e benefícios milionários de gestores que auferem centenas de milhar de euros, enquanto os trabalhadores por eles geridos ganham um salário mínimo insuficiente para viverem com dignidade. Será que há algum trabalho que justifique um rendimento mensal de centenas de milhares de euros? Não será justo um salário máximo? Não será justo que em qualquer empresa ou serviço o vencimento mais elevado não possa ultrapassar 50 vezes o salário mais baixo ali pago? Nas palavras de António Gedeão, na sua "Pedra filosofal", é o sonho que comanda a vida em que o mundo pula e avança como bola colorida entra as mãos de uma criança. O sonho dos comunistas é construir um mundo melhor, que vá rumando a uma sociedade verdadeiramente livre, onde a igualdade seja uma realidade e a fraternidade seja uma prática diária — é disso que têm receio e medo? Queremos uma sociedade sem classes e para isso usamos o conceito de uma sociedade de camaradas — palavra que, sem razão, assusta muita gente mas podem usar os sinónimos de companheiro ou de irmão. De que têm medo? Ouçam e ponderem sem preconceitos as propostas do PCP. Os comunistas sozinhos não são suficientes para construir este sonho de uma sociedade mais justa, mais humana, mais digna, onde não haja seres humanos a escravizar outros seres humanos e onde valha a pena viver. Precisamos da compreensão e da ajuda de toda a gente boa disposta a nos acompanhar neste sonho da humanidade, ou seja, queremos a vossa ajuda. É preciso que as pessoas estejam mais atentas e não se deixem ludibriar por políticos manhosos e mentirosos que torturam os dados e a realidade até as sondagens e as estatistas confessarem as conclusões prévia e falsamente escolhidas. É preciso que não se acredite nas "notícias" e nas "opiniões" divulgadas a peso de ouro pelos meios de comunicação pertencentes aos grandes interesses financeiros para enganar e manipular as populações. Portugal ainda pode ser um País decente, onde valha a pena viver e onde a maioria sejam pessoas dignas e verdadeiras. Essa é a nossa esperança, essa é a nossa luta. Saibamos honrar e defender os princípios humanistas consagrados na nossa Constituição. Viva o 25 e Abril!"

**José Carvalhinho (PS)** *"Esta é a madrugada que eu esperava O dia inicial inteiro e limpo Onde emergimos da noite e do silêncio E livres habitamos a substância do tempo. Sophia de Mello Breyner Andresen, O Nome das Coisas, 1974.* Há exatamente 41 anos, estava eu sentado na minha "carteira" na Escola da Tourada (hoje Escola Espinho 2) quando aconteceu um facto inédito: um pai veio à Escola e espreitou pela porta da sala de aula para saber do seu filho que

por acaso era o meu companheiro de carteira. Foi o primeiro sinal de que algo de diferente se passava. Qual o motivo desta inesperada visita? Afinal era um Golpe de Estado, rapidamente transformado em uma revolução. No dia 25 de abril de 1974, a sociedade portuguesa dava adeus a uma ditadura de 48 anos, sob o comando de António de Oliveira Salazar. Na altura do golpe, desencadeado por militares, o apoio popular foi tamanho que os comandantes da operação não puderam conter a euforia que invadiu as ruas de Lisboa. As pessoas tomavam as praças, vaiavam as reduzidas forças militares fiéis ao governo, ofereciam apoio e alimentos aos revoltosos, e festejavam a perspectiva de liberdade, empunhando cravos ao invés de armas. Foi a "Revolução dos Cravos". Em Espinho, com o passar do dia, as notícias da Conquista da Liberdade foram chegando dispersas e lentamente, principalmente através do "Sr. João da Praça" pai de um dos meus melhores amigos, o Luis Costa. Recordo-me que para a altura eu era um privilegiado, na casa do "Sr. João da Praça", um antifascista, já tinha tido oportunidade de ouvir alguns álbuns de autores malditos, "Eu Vou Ser como a Toupeira" do Zeca Afonso, "Os Sobreviventes" do Sergio Godinho, "Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades" de José Mário Branco, Chico Buarque e o álbum "Construção". Também se viam nas estantes livros proibidos, desde as ilustrações do Vilhena, à Antologia de Poesia Portuguesa Erótica e Satírica de Natália Correia, passando pelos Escritos Políticos de Mário Soares e a Ideologia Alemã de Karl Marx e Friedrich Engels. Boas memórias, marcadas pela inocência e pela crença inabalável nos ideais de Abril, anos de militância comunista. Hoje, passados 41 anos, graças à coragem e determinação dos capitães de Abril, podemos gritar, tal como Jorge Sena "Não hei-de morrer sem saber qual a cor da liberdade". Contudo, desenganem-se os que tomam a Liberdade que nos foi "legada" pelos militares de Abril, como adquirida. Especialmente os jovens. Como disse Nelson Mandela em 1999 " A liberdade nunca pode ser tomada por garantida. Cada geração tem de salvaguardá-la e ampliá-la. Os vossos pais e antepassados sacrificaram muito para que pudésseis ter liberdade sem sofrer o que eles sofreram. Usai este direito precioso para assegurar que as trevas do passado nunca voltem." A Liberdade trouxe a Democracia. A Democracia significou direitos. Nenhum destes direitos foi concedido, todos foram conquistados. Foi um processo difícil, caótico, com avanços e recuos, que durou muito mais do que alguns anos. Em bom rigor, é um processo que continua em curso. Todos os dias. Nas escolas, nas empresas, nos hospitais, nos tribunais, nas repartições públicas, na Rua... porque foi na Rua que nasceu a revolução e a Democracia. Contudo, nestes 41 anos, nunca como agora a Democracia e os Direitos conquistados estiveram tão ameaçados. No plano da política e da participação cívica, prevalece nos cidadãos claramente a ideia de que os eleitos não atendem às expectativas e interesses dos eleitores. Essa percepção tem a ver com a qualidade (imparcialidade e pluralismo) da informação política, com a ideia de que as decisões do governo são condicionadas por pressões de poderes não responsabilizáveis politicamente, com a falta de mecanismos de responsabilização horizontal do poder e, finalmente, com o tratamento desigual perante a lei e a justiça. Por isso não é de estranhar que dois em cada três eleitores partilhem a ideia de não terem qualquer influência nas decisões políticas, de que os políticos se preocupam



exclusivamente com interesses pessoais, de que a sua opinião não é tomada em conta nas opções dos governantes e de que não há sintonia entre aquilo que consideram ser prioritário para o país e aquilo a que os governos dão prioridade. Este desencanto afasta os cidadãos da política e conduz ao que Sá Carneiro já em 78 classificou como “um ato de cobardia política”: a abstenção. Não nos podemos resignar e cruzar os braços, aceitando o fatalismo de Camus quando determinou que “A política é constituída por homens sem ideais e sem grandeza.” Por isso, enquanto políticos e cidadãos é nosso dever contribuir para recuperar os ideais fundadores da nossa democracia. O Papa Francisco cristalino recordou-nos que “a política é uma das formas mais elevadas da caridade, porque serve ao bem comum”, afinal é tão simples enaltecer a ação política. No plano económico-social, quis o destino (triste fado português) que Abril fosse também o mês do último resgate financeiro a Portugal e que tão maus resultados trouxe ao País. Ao longo dos últimos 4 anos, o Memorando de Entendimento foi executado meticulosamente como um plano de ataque às conquistas do 25 de Abril, fazendo Portugal recuar 15 anos: Uma recessão de quase 8%; Um ajustamento em 2/3 pelo lado da receita e 1/3 pelo lado da despesa, exatamente o contrário do previsto; Uma austeridade de 23 mil milhões que reduziu o défice orçamental em apenas 9 mil milhões; Uma emigração não prevista, que levou mais de 300 mil pessoas a sair do País; Uma recuperação económica anémica assente nas exportações e no consumo interno; Um sistema financeiro colapsado e a restringir fortemente o crédito às PME’s; Um desemprego que ultrapassou os 17% (oficial); Uma reforma do estado que mais não fez do que aumentar impostos, cortar salários, pensões e apoios sociais; Uma reforma das leis do trabalho que apenas pretendeu fragilizar as relações laborais, flexibilizando o despedimento individual, diminuindo o valor das indemnizações, reduzindo o valor do subsídio de desemprego e o seu tempo de duração; Um modelo económico baseado numa mão-de-obra qualificada mas mal paga, com empregos precários e não inovadores, com trabalhadores temerosos e nada motivados; Um Sistema Nacional de Saúde ameaçado e encurralado com sucessivos cortes, com hospitais em rutura e onde reaparecem doenças e epidemias há muito erradicadas. Por isso não é de estranhar que Portugal tenha voltado aos níveis de pobreza e exclusão social de há dez anos. Agora, como em 2003 ou 2004, uma em cada cinco pessoas é pobre. Dois milhões de portugueses. A desigualdade na distribuição de rendimentos agrava-se. A taxa de privação material cresce. Há mais pessoas em risco de exclusão social. Mais crianças pobres. E quem é pobre está mais longe de deixar de o ser. Afinal, os Ideais de Abril estão tão longe de ser cumpridos! Hoje temos de falar novamente sem medo e rodeios nos direitos humanos, no exercício da democracia, na justiça social, na miséria, no desemprego, no desfasamento de classes, na promoção de cada mulher e cada homem. Porque é na renovação dos valores da fraternidade, da construção de uma sociedade mais justa e solidária que o espírito do 25 de Abril se eleva e engrandece. Está nas mãos de cada um de nós fazer cumprir Abril. Assim o queiramos! Viva o 25 de Abril Viva Espinho Viva Portugal.”

**Alexandra Bastos (PSD):** “Hoje celebramos, mais uma vez, o dia 25 de abril, ao fim de mais de quarenta anos, com a mesma intensidade de sentimentos e com a consciência do que

representou a instauração de um regime democrático e o derrube do estado autocrático. Com a consciência e responsabilidade de que não foi fácil conseguir tal fato histórico, que foi necessário ultrapassar barreiras, organizar eleições, construir uma nova constituição alicerçada em novos paradigmas - a alternância do poder político de acordo com a vontade popular expressa no seu voto; a abertura do caminho para aderir a uma União Europeia. Estes continuam a ser os alicerces do nosso regime democrático ainda que muitas vezes fortemente criticado por todos nós, pois ainda não conseguimos criar um regime político alternativo que acautele de forma eficaz os direitos liberdades e garantias dos cidadãos, como até hoje este o faz! Talvez, porque somos homens feitos de "pés de barro" com as nossas fraquezas e virtudes em que história já nos ensinou que existem caminhos de governação perniciosos que não devemos seguir, sob pena de perder os valores mais intrínsecos da humanidade que se centram na dignidade da pessoa humana. A verdade é que este é o regime democrático que regula os aspetos essenciais da vida humana, preservando a individualidade de cada um de nós, que permite a realização do homem como tal. Regime este que foi construído há mais de dois milénios e meio, que nasceu na Grécia inspirado na filosofia clássica, na oratória e retórica política, respeitando as artes plásticas, a música e o teatro (Grécia) o direito, a literatura, e todas as demais expressões de vivências da melhor humanidade! Respeitando acima de tudo o valor da liberdade - valor primordial sobre todos os outros, instituiu - a, a começar pela liberdade de expressão, o que permitiu ao homem estudar-se a si mesmo, criticar-se e por se em causa. E, é agora no século XXI, em que como políticos, na ilusão de que esgotamos esta forma de regime, devemos parar e ponderar e questionar o que foi feito até agora, que conquistas alcançamos, o queremos preservar, que novos desafios queremos alcançar, como aperfeiçoar o nosso sistema democrático, para melhor alcançarmos um patamar acima, no nosso, Estado de Direito Social. O Portugal democrático de hoje, sem dúvida, fez uma caminhada para melhorar as condições económicas e sociais, do seu povo, ainda, que pontualmente ao longo destes quarenta anos tivéssemos que superar crises financeiras, resultante a última numa intervenção externa da Troika que condicionou a nossa soberania económica, ainda assim, não baixamos os braços, e continuamos com o nosso projeto democrático. Tivemos a coragem de nos lançarmos, mais uma vez, no combate a resolução dos nossos problemas económico - financeiros que hoje nos permitem olhar para o futuro sem medo de perder as bases do nosso sistema democrático: educação, saúde, assistência social. Ao fim de quatro anos conseguimos recuperar a nossa soberania económica, saímos da recessão económica, combatemos o défice excessivo, não nos endividamos a juros excessivos, aumentamos as exportações, criamos mais empresas que visam a criação de mais postos de trabalho. Sem dúvida, que o reajustamento das nossas infraestruturas, no plano financeiro, económico e social não foi fácil e trouxe efeitos secundários que hoje estamos a tentar diluir com a execução de uma política eficaz de coesão social, sinal desse esforço resulta na aplicação de um plano de emergência nacional com 938 milhões de euros para combater a pobreza; um programa de emergência alimentar de 122 milhões de euros que foi criada em parceria com





misericórdias e outras entidades na área social. Mas o grande sinal de preocupação deste governo com os mais desfavorecidos foi aplicar medidas que visam o aumento das reformas mínimas e das reformas mínimas rurais, bem como o aumento do salário mínimo. Sem deixar para trás a continuação da gestão de um sistema de saúde tendencialmente gratuito, em que hoje em dia, está assegurado a sua sustentabilidade com a reposição de pagamentos à indústria farmacêutica, a criação de novos hospitais e novas unidades de centro de saúde, com aplicação da isenção da taxa moderadora para os menores de 18 anos, o aumento do número de utentes com médico de família e enfermeiro nas suas áreas de residência. As preocupações de uma boa governação, também estiveram presentes na área da educação, com a aposta na formação mínima obrigatória, dos mais jovens, ao nível do 12º ano, com a aplicação de medidas de combate ao abandono escolar; constituindo estas medidas um sinal da preocupação deste governo com a necessidade de apostar no ensino público e melhoramento das condições dos jovens estudantes para a sua inserção no mercado de trabalho. Com a visão de que é imprescindível para o nosso progresso como Nação Moderna, a criação de uma política inovadora e eficaz para o ambiente que nos permite defender os interesses do nosso ecossistema e sua sustentabilidade. O equilíbrio da gestão de todos estes interesses e direitos dos cidadãos com o reequilíbrio orçamental do Estado não foi tarefa fácil, e não poderá significar que daqui para a frente teremos uma gestão da nossa democracia facilitada. Pelo contrário a tarefa da governação assume um grau de responsabilidade e exigência de compromisso maior dos políticos para com os seus eleitores; Não podemos ter novamente governos que acabados de chegar ao poder, pensem com os seus botões; se as contas estão em dia, se o dinheiro custa tão pouco ou se ainda nos pagam para endividar e se essas dividas não são para pagar mas para empurrar com a barriga, se o custo da nova divida não pesa no orçamento, podemos fazer mais obra e sem problemas! Isso seria fechar novamente a porta do progresso da nossa democracia, não há caminho de volta ao passado, o trilho terá que assentar num novo paradigma de liberdade com responsabilidade. Viva a Liberdade! Viva a Democracia! Viva Portugal!”

**Presidente da Assembleia Municipal:** “Comemoramos hoje o quadragésimo primeiro aniversário do 25 de Abril. Comemora-se também este ano o quadragésimo aniversário das primeiras eleições legislativas democráticas para a Assembleia Constituinte. Dois factos relevantes e fundamentais na história recente do nosso país. Grande maioria da classe dirigente atual, seja política, empresarial pública ou empresarial privada não viveu o 25 de abril e tem dele um conhecimento por laços familiares, envolvimentos políticos e por narrativas que, embora seja curto o tempo para se fazer história, o tentam fazer da maneira mais correta e verdadeira. Há no entanto algo que o 25 de Abril nos devolveu, quer o tenhamos vivido ou não, liberdade e responsabilidade. É a esta nova camada dirigente que o país exige sejam capazes de exercer o que de mais importante nos trouxe o 25 de Abril. Todos sabemos que o suporte de uma democracia são os partidos políticos e a diversidade de opiniões, mas o país não se

desenvolve à custa de inócuas e pequenas políticas de curto prazo, mas sim suportado por estratégias baseadas em políticas sérias de médio e longo prazo. Como é possível que em 40 anos não tenhamos encontrado consensos para estratégias tão importantes e estruturantes como sejam as das áreas da saúde, educação e justiça. Temos que abandonar o espírito da procura e exploração demagógica do que nos diferencia e antes procurarmos o que verdadeiramente nos une e contribui para o desenvolvimento do país. É este o verdadeiro espírito de abril. Só em conjunto seremos capazes de levar em frente uma tarefa tão importante como é a do desenvolvimento do país, a baixa do desemprego, o crescimento económico, a justiça e a educação. Vivemos 4 anos difíceis, já vivemos melhor mas a gastar o que não era nosso, é chegada a altura de relançarmos o país. As condições existem, as competências também, só será necessário que cada um de nós seja capaz de subordinar os interesses pessoais e corporativos aos supremos interesses do país. Com este espírito seremos capazes de contribuir para definitivamente melhorar as condições de vida de todos os portugueses e fazer jus aos sacrifícios até agora suportados por todos nós. É importante que a liberdade e a responsabilidade herdadas do 25 de Abril sejam os principais vetores de decisão e progresso. Nós acreditamos. Viva Portugal.”

Terminadas as intervenções, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada esta Sessão Extraordinária.

Para constar e devidos efeitos, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia Municipal e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa e Financeira, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal,

---

A Funcionária Municipal,

---